

III

REFORMA AGRÁRIA DO SECTOR
=====

Logo após a criação de condições para uma luta política aberta na nossa Terra, os militantes do Partido lançaram-se em força numa ampla campanha de propaganda e sensibilização das massas populares e como é evidente, a questão agrária nunca esteve dissociado do trabalho político, não obstante os inúmeros problemas encontrados na sua resolução.

Se, por um lado, se registou desde os primeiros momento uma grande adesão das largas massas camponesas aos ideais do nosso Partido, por outro lado, os laços profundos de dependência e submissão criados e deixados pela dominação colonial bem como razões objectivas de natureza vária, não deixaram de influenciar a materialização das orientações previstas tempestivamente em vários diplomas legais que extinguiram a parceria e o subarrendamento.

Como todos nós sabemos, a Reforma Agrária constitui um dos principais objectivos do trabalho político-partidário com vista à consciencialização dos camponeses sobre a justeza dos seus objectivos e a necessidade da sua progressiva realização.

A realização de tais objectivos necessita como é evidente de um empenhamento cada vez mais crescente do Partido, das Organizações de Massas, dos Órgãos do Poder Local, dos camponeses sem terra e proprietários, sendo estes beneficiários directos do processo da Reforma Agrária em curso no nosso país.

Nessa longa e complexa luta, o Partido deve estar ideologicamente coeso, devidamente organizado e actuar sobretudo com firmeza fazendo com que os camponeses e os agricultores ganhem confiança em si mesmos e participem de forma consciente, activa e organizada nesse processo de transformação pois, se não for assim, teremos grandes dificuldades na materialização de um dos maiores objectivos do nosso regime.

Como não poderia deixar de ser, em resultado do trabalho político-partidário já desenvolvido, hoje em dia, os camponeses vêm assumindo uma atitude mais agressiva no sentido de defenderem os seus direitos mas devemos também reconhecer que ainda continuam com um certo receio quanto à hipótese de ficarem privados dos pedaços de terra que cultivam.

...//...

Por causa desse receio, muitos camponeses preferem manter na situação em que antes se encontravam uma vez que deste modo podem "cair na graça dos proprietários que tudo fazem para tirar-lhes a Terra"

É neste contexto que muitos proprietários aproveitam da situação para pressionarem alguns camponeses a manterem na condição de parceiros, e no caso de terrenos arrendados, os menos escrupulosos elevam arbitrariamente o quantitativo das rendas.

Entretanto existem também parceiros e rendeiros que já compreenderam perfeitamente o espírito da LERA mas que em contrapartida preferem desafiar os proprietários através da não partilha da produção e do não pagamento das rendas.

Tais casos, para além de contribuírem para incutir no espírito de muitos proprietários uma maior aversão ao processo da Reforma Agrária, têm servido também aos mesmos de pretexto para recorrerem ao despejo de seus parceiros e rendeiros, aliás, muitos proprietários criam até condições para que situações do género aconteçam no dia-a-dia.

Como não poderia deixar-se ser, as estruturas partidárias têm dado muita atenção a essas situações mas infelizmente não conseguiram avançar em áreas importantes como a implantação e dinamização de associações de camponeses e a criação de comissões destinadas a apoiar a reivindicação dos parceiros e rendeiros junto dos órgãos competentes da administração.

No Sector, independentemente de algumas falhas na organização do trabalho partidário em direcção às questões agrárias, punha-se o problema do não funcionamento da Comissão Concelhia da Reforma Agrária que efectivamente esteve paralizada durante mais de três anos (de 1983 até Abril de 1987).

Com o não funcionamento da CCRA dificilmente a LERA poderia ser aplicada principalmente na parte que diz respeito à resolução dos problemas ligados à conversão da parceria em arrendamento. Por causa desta situação, alguns proprietários conseguiram através do Tribunal comum expulsar de suas terras vários parceiros e rendeiros e a consequência é que estes últimos começaram até certo ponto a querer acreditar na versão dos proprietários: "A Reforma Agrária já não existe".

No que diz respeito às estruturas partidárias, neste momento elas dispõem de possibilidades de desenvolverem um melhor trabalho em direcção à mobilização e organização dos camponeses uma vez que contam com a actuação da CCRA que passou a resolver com maior empenho os problemas que antes vinham preocupando os parceiros e os rendeiros.

Não obstante os avanços verificados no funcionamento da CCRA desde o mês de Abril até presente data, estamos certos que esta não irá resolver no devido tempo todos os problemas pendentes, sobretudo se tivermos em conta que há um número grande de parceiros, rendeiros e proprietários que diariamente põem à consideração da dita Comissão novos problemas para estudo e resolução.

Em nossa opinião, tendo em vista a necessidade de acelerarmos um pouco mais a resolução dos conflitos que actualmente existem no Sector e que opõem os parceiros e rendeiros aos proprietários, é imprescindível a substituição do actual Presidente da CCRA uma vez que o próprio já manifestou esse desejo, aliás, ele deixou transparecer que a sua contribuição como técnico poderia ser muito mais útil à referida comissão do que na qualidade de Presidente desta.

Para além dessa medida estritamente ligada ao funcionamento da CCRA, põem-se igualmente a necessidade da adopção de outras que pudessem permitir-nos:

- Dispensar maior apoio técnico aos camponeses;
- Atribuir crédito agrícola através de mecanismos não muito burocratizados;
- Reforçar a acção dos extensionistas junto dos agricultores;
- Orientar e dinamizar a intervenção partidária em direcção aos camponeses numa base mais científica;
- Criar condições para que os títulos de posse útil sejam entregues aos camponeses pelo menos uma vez por ano.

